

## 4ª JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA (UFPEL)

- **a) GT:** Teoria Social e Política
- **b) Título:** Racionalidade e consciência: a ação social – entre as causas, os motivos e os fins.
- **c) autor:** Gabriel Eidelwein Silveira
- **d) Título:** Mestre em Sociologia
- **e) Instituição:** UFRGS, “doutorando”
- **f) E-mail:** [dr\\_silveira@yahoo.com](mailto:dr_silveira@yahoo.com)
  
- **g) Resumo expandido:**

Este artigo apresenta um modelo teórico “sintético”, no sentido de Gaston Bachelard (*Le nouvel esprit scientifique*) de teorias que explicam a ação política e, em particular, o *judicial behavior*. Não o mero “ecletismo”, mas uma “síntese” holística bem “construída” entre os diferentes ângulos pelos quais se tem abordado classicamente a problemática da “ação” ou “comportamento”. Conforme denunciou Pierre Bourdieu, as ciências sociais (e, por extensão, as ciências do homem) se constituíram em *corpus* de doutrina relativamente herméticos; e, logo, o debate intelectual (incluindo as filiações teóricas dos “adeptos”) se transformou “grosso modo” num jogo de censuras e silêncios (ou um debate de surdos), que cumpre mais uma função de “política” acadêmica, no pior sentido da palavra, do que verdadeiramente a função de busca de uma verdade que se possa afirmar “científica”. Em bom português: você não “cita” o seu “inimigo da escola”; você não dá o crédito (muitas vezes justo e devido) ao seu oponente intelectual, representante da Escola (ou da “capela”) a que o seus mestres (incluindo o seu orientador de tese, etc.) não frequentam. Essa é uma das regras mais básicas do funcionamento do “campo acadêmico” – a qual, no entanto, será deliberadamente “desrespeitada” aqui, a exemplo do que propõem Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Jean-Claude Chamboredon em seu *Le métier de sociologue*. Primeira dimensão: “motivações”. Começo dizendo que a maior parte do comportamento social (político, judicial, etc.) pode ser lido como “motivado” pelo que se “passa na cabeça” dos atores (políticos, juízes, etc.). É o caso das crenças “tradicionais” e das motivações “afetivas” a que alude Max Weber, incluindo as chamadas ações sociais racionais

“quanto a valores”. Também se incluem nesta categoria, de “ações conscientes” embora “irracionais” (*stricto sensu*), todas as ações “racionais” (*lato sensu*), a que os agentes atribuem “sentido” e são capazes de explicar – e que constituem a maior objeção de Raymond Boudon à teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu. Estabeleci que ser competente para “motivar” uma ação não é o mesmo que ser “racional” no sentido estrito de responsável pelos resultados da ação (como na “ética da responsabilidade” weberiana). Segunda dimensão: “fins”, “resultados” ou “objetivos”. Por outro lado, as ações motivadas “finalisticamente”, como as do *homo economicus* e as do “Príncipe” de Maquiavel, juntamente com o “modelo estratégico” e a *rational choice theory* das ciências políticas estadunidenses, enquadram-se como comportamentos “conscientes e racionais” no “sentido estrito” da racionalidade – constituindo o tipo Moderno por excelência (embora, no limite, esvaziadas de um sentido moral). O conhecimento das causas e dos efeitos pode produzir uma tecnologia social, política ou outra que nos informe “o que fazer” quanto queremos atingir um resultado “X” ou “Y”. Mas nenhuma ciência nos dirá (ao modo dos valores e, particularmente, das religiões) quais são os “resultados” ou os “fins” realmente dignos de serem perseguidos – ou, para falar como filósofo clássico, o que é a “vida boa” ou a “felicidade”. Quando mesmo as esferas comunitárias, identitárias e afetivas são pensadas em termos de uma “economia dos investimentos afetivos”, escancaram-se os limites da razão calculadora, como na crítica de Jürgen Habermas à “colonização do mundo da vida” pela “lógica do sistema”. Terceira dimensão: causas objetivas. Ainda temos as ações que são simplesmente “causadas”, sem que sejam conscientemente “motivadas” pelos agentes – e tanto menos por “fins visados”. Desta ordem são aquelas que têm na origem as pulsões (de que trata a psicanálise); a determinação econômica (de certa leitura “dura” e equivocada do marxismo); a causação fisiológica dos sistemas filosóficos (em Nietzsche), se a aceitamos como válida; e determinismos geográficos diversos (desde Montesquieu até Euclides da Cunha). São desta ordem as “causas” de qualquer fenômeno, tanto natural quanto “social”, incluindo as ações e os comportamentos (que podem ser “explicados” e “compreendidos”, para usar termos clássicos de Durkheim e Weber). Os “motivos”, enquanto princípios “éticos” assumidos pelo agente, podem ser “causados” pela “educação” (ou socialização) deste e, eles próprios, serem “causa” de “ações” ou “práticas”. Por sua vez, as “ações”, elas mesmas, são sempre a “causa” de seus “resultados” ou suas “consequências” (*outcomes*), mas nem toda

ação é consciente deste “liame” causal, seja pelo desprezo dos resultados (no caso da ética da convicção pura), seja da falta de informações suficientes ou de qualidade confiável (no caso do “erro de cálculo” na ética da responsabilidade). Inclusive as disposições (*habitus*) têm sua “causa” na “socialização”; e produzem ações que têm a aparência exterior de ações calculadas, mas, nos casos de “competências reconhecidas” (ou de “dom” artístico ou intelectual, por exemplo) não são mais que meros resultados do bom ajustamento das situações de socialização às situações de atualização. Haverá, no entanto, mil situações de desajustamento entre as disposições e as situações de atualização: os que migram para países de culturas assaz diversas das suas culturas nacionais originais (assim como todos os que mudam de vida repentinamente, incluindo os ganhadores das loterias) sabem reconhecer este descompasso melhor do que quaisquer outros, pois seus comportamentos mais “naturais” não encontram as respostas esperadas em seu novo meio social. Assim, antes de ser “motivada”, ainda mais quando motivada por um “fim consciente”, toda ação ou pensamento (políticos ou outros) precisa ter sido, de uma forma ou de outra, desde o princípio, simplesmente “causada” – mesmo que boa parte da Sociologia de hoje (de inspiração durkheimiana) se negue a explicar o “social” por “fatores” externos ao próprio “social”, no sentido de “simbólico” (felizmente com gratas exceções – e.g. Bruno Latour e sua teoria do *acteur-réseau*).  
Quarta dimensão: disposições incorporadas e inconscientemente ativadas (*habitus*). Por último, há ações “causadas”, na origem, pela força “pedagógica” da socialização (seja a primária, seja a secundária – esta representada pelas “trajetórias”); e que, pelo mecanismo disposicional pré-consciente do *habitus*, produzem ações (políticas, judiciais, etc.) que têm a aparência externa da racionalidade; sem terem, no entanto, a “consciência” da finalidade desejada (ou do resultado provável) por princípio. Enquanto disposições pré-conscientes de apreciação, gosto e julgamento, o *habitus* não é jamais um “motivo” para a ação, no sentido próprio; mas, ele pode ser a “causa” de o agente a preferir um motivo “A” a um motivo “B” (Martinho Lutero preferiu ser excomungado a renegar sua fé – aliás uma fé religiosa extremamente coerente internamente, do ponto de vista do rigor da filosofia enquanto sistema). Ainda, em circunstâncias favoráveis (o filho de um matemático bem socializado familiarmente), o *habitus* pode ser a “causa” do desenvolvimento de uma psique calculadora, logo, da produção de ações “racionais”, no sentido estrito de “responsáveis pelo resultado” (este filho torna-se um grande investidor na bolsa de

valores). Assim, o *habitus* conduz tanto à ética da convicção dos “motivos”, quanto à ética da responsabilidade dos “fins”. Mas, em qualquer dos casos, ele próprio é “causado”, em um momento anterior, pela socialização. Diante de tais esforços sintéticos, concluo que ora temos nas mãos uma poderosa ferramenta teórico-analítica – a qual representa ainda certa novidade no debate da teoria social contemporânea –, estabelecendo a contraposição e a fluidez recíprocas entre os referidos “modelos teóricos”, em um plano cartesiano no qual os eixos são essencialmente a “consciência” e a “racionalidade”. Este raciocínio está sendo desenvolvido em suas múltiplas dimensões e apresentado em diversos trabalhos contemporâneos do autor.